

Luzia Mitsue Yamashita

Deliberador

Doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo, docente do curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina e do curso de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade Maringá; é vice-coordenadora do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Cidadania da Universidade Metodista de São Paulo, Brasil. E-mail: adelii@sercomtel.com.br

Mariana Ferreira Lopes

Mestranda em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina, docente do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade Maringá (PR) Brasil. E-mail: flopes.mariana@gmail.com

**A comunicação comunitária
na contramão da cidadania: o
caso da Rádio
São Francisco FM**

**Community communication
running counter to citizenship:
the case of São
Francisco FM Radio**

**La comunicación comunitaria
en contra de la ciudadanía: el
caso de la Radio
São Francisco FM**

RESUMO

O presente trabalho apresenta como proposta a discussão da práxis da comunicação comunitária por meio da análise da programação da Rádio São Francisco FM, situada em Maringá – PR. Considerando o levantamento bibliográfico acerca dos pressupostos da comunicação comunitária e do rádio como veículo comunitário e o estudo de caso de sua programação, delinea-se o perfil da Rádio São Francisco FM e sua descaracterização como meio de comunicação comunitário, tendo em vista a ausência dos princípios de um veículo comunitário, tais como a contribuição para a construção da cidadania dos envolvidos, a participação efetiva da comunidade e o despertar de um sentimento de pertença.

Palavras-chave: Comunicação comunitária, rádio comunitária, cidadania, participação, pertença.

ABSTRACT

This paper discusses the community communication praxis through the analysis of the programming of San Francisco FM Radio, located in Maringá - PR. Considering the literature concerning the assumptions of community communication, the radio as a vehicle of the community and the case study of San Francisco FM radio's programming, it outlines its profile and its non-characterization as a community media, due to the lack of principles governing a community vehicle, which are: to contribute to the construction of citizenship for those involved, to promote the community's effective participation, and to awaken a sense of belonging.

Keywords: Community Communication; Community Radio; Citizenship; Participation; Belonging.

RESUMEN

Este artículo presenta como proposición la discusión de la práctica de la comunicación comunitaria mediante el análisis de la programación de la Radio São Francisco FM, ubicada en Maringá - PR. Teniendo en cuenta la literatura sobre los presupuestos de la comunicación comunitaria y el radio como vehículo comunitario y el análisis de la programación, se presenta el perfil de la radio San Francisco FM y su no caracterización mientras un vehículo comunitario, en vista de la ausencia de los principios de un vehículo de la comunidad, tales como la contribución a la construcción de la ciudadanía de los involucrados, la participación efectiva de la comunidad y el despertar de un sentido de pertenencia.

Palabras-clave:

Comunicación comunitaria; radio comunitario; ciudadanía; participación; pertenencia.

Introdução

A comunicação comunitária vem se configurando como uma importante alternativa ao monopólio midiático, dando voz aos setores excluídos dos grandes meios de comunicação e engendrando um processo de prática participativa e de mobilização social. No Brasil e na América Latina, as primeiras experiências em comunicação comunitária nasceram em um contexto de repressão ditatorial, com práticas de cultura popular, com a educação libertadora de Paulo Freire, com os movimentos sociais e seus centros de documentação e educação. Esses espaços foram responsáveis pela produção de material impresso e audiovisual para diferentes grupos, tais como operários, alfabetizando e favelados.

Após quase 50 anos, proliferaram as práticas de comunicação comunitária por meio de movimentos sociais, associações de bairro e entidades de terceiro setor. Contudo, é importante analisar se estas iniciativas, ao se intitularem veículos comunitários, apresentam em seu cerne os pressupostos desta práxis, tais como a participação, o desenvolvimento da comunidade, a construção da cidadania e a mobilização social em torno de um propósito comum. Com base nesta problemática, o presente artigo tem como finalidade analisar a programação de uma rá-

dio comunitária da cidade de Maringá – PR, a rádio São Francisco de Assis FM (105,9), de acordo com as construções teóricas que embasam a comunicação comunitária, com o objetivo de discutir como os conteúdos divulgados pela rádio a caracterizam como veículo comunitário. Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do tema, baseada nas discussões propostas sobre a comunicação comunitária, assim como um estudo de caso sobre a programação da rádio comunitária São Francisco FM.

Comunicação comunitária, participação e cidadania

A comunicação comunitária caracteriza-se como um processo de comunicação alternativo às práticas do monopólio midiático, visando à construção de um discurso próprio (PAIVA, 2003, p. 158). Nesta práxis são abordados conteúdos ligados aos interesses da comunidade local, propiciando aos indivíduos o papel de protagonistas no processo comunicativo graças à participação efetiva dos envolvidos. O veículo comunitário deve possuir “seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício da cidadania” (PAIVA, 2003, p. 160), balizado por princípios públicos, e possuir como interesse os assuntos diretamente ligados ao cotidiano do grupo social em questão, para além da função de prestação de serviços. Segundo Raquel Paiva,

A proposta da comunicação comunitária passa necessariamente pela revisão do conceito de comunidade, bem como pela análise da possibilidade de inserção dessa estrutura na atualidade. Cidadania e solidariedade transformam-se em paradigmas que permitem imaginar uma ordem com objetivos diferentes da pre-

missa econômica universalizante, esta mesma que pretende instaurar de maneira genérica a globalização. (PAIVA, 2003, p. 120).

Assim, para a compreensão dos pressupostos da comunicação comunitária torna-se necessária a discussão do conceito de comunidade, que por sua pluralidade sógnica, como menciona Florestan Fernandes (1971, p. 53), consiste em uma tarefa complexa. Tönnies apresenta como principais elementos para a caracterização de uma comunidade: a compreensão, a vontade comum, o direito natural, a língua e a concórdia (TÖNNIES, 1971, p. 102). Maciver e Page, por sua vez, salientam que na comunidade podem ser encontradas todas as relações sociais.

Onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos e de modo tal que partilhem, não deste ou de outro interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum, chamamos a esse grupo de comunidade. O que caracteriza uma comunidade é que a vida de alguém *pode* ser vivida totalmente dentro dela. (MACIVER; PAGE, 1971, p. 122).

Para ambos, as bases da comunidade encontram-se na localidade – a relação entre a coesão social e a área geográfica – e no sentimento de comunidade – a partir de um sentimento de coparticipação. As definições apresentadas pelos autores clássicos supracitados acerca da comunidade estão sendo repensadas com o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação, sobretudo no que se refere às demarcações territoriais.

O novo modo de comunicação, ao transformar radicalmente as dimensões do espaço e do tempo, também possibilitou a vivência de eventos simultâneos, sem a necessidade de se estar num mesmo lugar [...]. Estamos falando do surgimento das chamadas comunidades virtuais, especificamente da era do ciberespaço, cuja experiência vem alterando dimensões até então consideradas fundantes dos conceitos de comunidade. (PERUZZO, 2002a, p. 282).

Cicília Peruzzo sugere, assim, a caracterização de uma comunidade nos dias atuais baseada nos seguintes pontos, que não necessitam serem todos encontrados simultaneamente: participação, sentimento de pertença, caráter cooperativo e de compromisso, confiança, identidades, autorreconhecimento como comunidade, alguns objetivos e interesses comuns, bem-estar social e ampliação da cidadania, interação, com ou sem lócus territorial específico, e linguagem comum.

Sobre as características de comunidade, Ciro Marcondes Filho traz a seguinte definição: “na comunidade existe uma busca de realização de valores comuns e individuais. É, em suma, o espaço da realização da individualidade que a sociedade nivelada e generalizadora renega” (MARCONDES FILHO, 1992, p. 160). Espaço este que, para Miani (2006), só se concretiza por meio da efetivação dos processos participativos. Segundo Bordenave (1983), para que se aprenda a participar – saber como tomar parte – em uma instância macrossocial é necessário que haja uma educação para a participação que derive das microparticipações. “Neste sentido, a participação na família, na escola, na comunidade, constituiria a

aprendizagem e o caminho para a participação em nível macro numa sociedade onde não existam mais setores ou pessoas marginalizadas” (BORDENAVE, 1983, p. 25).

A participação efetiva da população nos processos comunicativos tendo como função a “resposta prática às necessidades que tem a região de conhecer seus problemas” (CABEZAS apud PAIVA, 2003, p. 158) pressupõe dos indivíduos um sentimento de pertença à comunidade. O pertencimento, em contraponto com a construção de um sujeito individualista permeado pela sociedade atomizada¹, é o canal para a possibilidade de atuação da cidadania.

Entre as diversas razões para a atualidade do termo cidadania, uma constitui o alicerce sobre o qual se assentam as outras: a necessidade, nas sociedades pós-industriais, de gerar entre seus membros um tipo de identidade na qual se reconheçam e que os façam sentir pertencentes a elas. (CORTINA, 2005, p. 16).

Surge a esperança nas coletividades nas quais está presente o sentimento de pertença e justiça que possibilitam a coexistência mediada pela normatização das relações de convívio, pela solidariedade e identificação entre os membros do grupo, **pela compreensão e respeito mútuos, ou seja, pela participação em uma comunidade.** É possível apresentar, em linhas gerais, que a cidadania inclui: 1) direitos no

¹ Segundo Ilse Scherer-Warren (1993), no Brasil, a sociedade atomizada surge na complexidade da vida moderna em decorrência do êxodo rural, da escassez de tempo destinado às interações sociais, dos meios de comunicação de massa e da segregação urbana, gerando um processo de individualização crescente em que grandes ações políticas coletivas se enfraquecem.

campo da liberdade individual: liberdade, igualdade, locomoção e justiça; 2) direitos de participação no exercício do poder político: participação política em todos os níveis – eleições, plebiscitos, participação em órgãos de representação (sindicatos, movimentos e associações); 3) direitos sociais: direito e igualdade de usufruir um modo de vida digno, por meio do acesso ao patrimônio social ligado ao consumo, ao lazer, às leis do trabalho, à moradia, à educação, à saúde, entre outros.

A participação da comunidade é fundamental para que ela se sinta envolvida e responsável pela busca de soluções para os problemas. Tendo em vista que a cidadania não pode ser dada, mas deve ser conquistada, esta participação pode se dar de várias formas. É preciso buscar maneiras de incentivá-la, mas é necessário que se entenda a realidade vivida para que a partir dela se discuta como transformá-la e como **buscar a cidadania plena**. Desta forma, a comunicação comunitária, na medida em que “interliga, atualiza e organiza a comunidade e realiza os fins que ela se propõe” (MARCONDES FILHO, 1987, p. 160), torna-se um canal para uma educação participativa, conforme sustenta Cicília Peruzzo:

Participando do processo de fazer rádio, jornal ou qualquer outra modalidade de comunicação comunitária, vivenciam um processo educativo que contribui para a sua formação enquanto cidadãos. Passam a compreender melhor a realidade e o mundo que as cerca. (PERUZZO, 2007 p. 84).

A participação é um dos nortes da comunicação comunitária e um dos principais elementos que a

diferenciam da comunicação de massa. Este princípio está alicerçado no bojo da proposta de comunicação dialógica de Paulo Freire (1978), como resposta à desumanização das relações sociais. Segundo Freire, o diálogo entre os sujeitos é iminente para a emancipação dos envolvidos. A comunicação dialógica sugere a participação do outro como fator indispensável. Assim, a participação se reforça como um dos fundamentos da prática comunicativa alternativa ao discurso da mídia tida como hegemônica. O objetivo é aproximar os indivíduos envolvidos nesse processo, para além de consumidores midiáticos ou ainda apenas como uma forma de identificação do conteúdo proposto pelas mídias alternativas às suas realidades, no sentido de que eles se transformem em sujeitos partícipes em todas as etapas dos processos comunicativos.

A prática participativa nos veículos comunitários pode acontecer em diferentes níveis, avaliados conforme o envolvimento da população, como nos apresenta Utreras, *“la participación implica el involucramiento del pueblo en los procesos de producción, toma de decisiones; así como en la gestión y planificación de los sistemas de comunicación”*² (UTRERAS, 1988, p. 29). Cicília Peruzzo categoriza estes níveis da seguinte forma, “em suma, a participação popular pode se concretizar apenas como ouvinte, leitor ou espectador, ou significa tomar parte dos processos de produção, planejamento e gestão da comunicação” (PERUZZO, 1995, p. 149).

² “A participação implica o envolvimento do povo nos processos de produção, tomada de decisões; assim como na gestão e planejamento dos sistemas de comunicação” (tradução nossa).

Para a autora, o envolvimento da população pode se concretizar nas seguintes etapas: no nível das mensagens, da produção de mensagens, da produção de programas, do planejamento global do meio de comunicação, no nível da gestão global do meio de comunicação e no nível do planejamento global dos meios de comunicação locais, regionais e nacionais. O grau de participação, a partir deste nivelamento, é crescente, partindo das fases iniciais, como a opinião ou sugestão de um membro da comunidade em um determinado programa, até a etapa da participação-poder³, na qual a população efetivamente participa da tomada de decisão.

Rádio comunitária

Um dos meios que mais se difundem para a prática da comunicação comunitária é o rádio. Esses veículos originaram-se das experiências de alto falantes – as rádios do povo –, bem como das rádios livres que iniciaram suas atividades na Inglaterra e se difundiram pela Europa e pelos Estados Unidos. A expressão “rádio comunitária” é tipicamente brasileira, institucionalizada no I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, em novembro de 1995, sendo definidas como aquelas que possuem uma gestão pública, operam sem fins lucrativos e têm programação plural (NUNES, 2007, p. 107). Contudo, nem todas as rádios que se encaixam neste perfil podem ser denominadas comunitárias.

³ “Processos que favorecem a participação democrática, ativa e autônoma, propiciando, de modo mais completo, o crescimento das pessoas ou das organizações coletivas enquanto sujeitos” (PERUZZO, 1998, p. 81).

São comunitárias as rádios que asseguram a participação plural de amplos segmentos sociais de todos os matizes que compõem uma comunidade, entendida como grupo social, agregado por interesses, vivências e/ou não de um espaço geográfico comum, que participam de forma organizada e decidem coletivamente os caminhos a serem trilhados pelo grupo, tendo voz ativa nos diferentes canais de participação necessários à estruturação da emissora. (NUNES, 2007, p. 108).

Segundo Silveira (2001), existem no Brasil cerca de 20 mil rádios comunitárias operando em baixa potência, porém nem todas funcionam com autorização governamental. A legalização das rádios comunitárias está alicerçada na lei 9.612/98, que prevê as finalidades destas emissoras, que devem visar ao atendimento à comunidade beneficiada, bem como os princípios de sua programação: preferência por programas cuja finalidade seja artística, cultural, educativa e informativa, que propiciem o desenvolvimento da comunidade e **promovam suas atividades, o respeito aos valores éticos e sociais, a não discriminação social, racial, de credo, política ou sexual e garantam a pluralidade de opiniões nas programações opinativas e informativas, sendo que qualquer cidadão da comunidade poderá emitir sua opinião.**

As rádios comunitárias desempenham um papel substancial no exercício da cidadania, pois trabalham em prol da divulgação e do debate das notícias locais, promovendo o interesse em relação à coisa pública. Por meio do trabalho neste veículo podem emergir novas lideranças dentro da comunidade (SILVEIRA, 2001, p. 33). Segundo Cicília Peruzzo (1998, p. 257), essas rádios caracterizam-se por não apresentarem

fins lucrativos, pela programação comunitária e gestão coletiva, **pela valorização da cultura local, pelo compromisso com a democratização da comunicação e a construção da cidadania e pela interatividade.**

A função destas rádios consiste em promover a consciência crítica, considerando uma nova configuração de emissores e receptores, mais próxima à realidade de uma comunidade. Seu conteúdo deve promover a cidadania e valorizar a cultura local (RUAS, 2004). Assim, o rádio acaba por ajudar no desenvolvimento da comunidade, ao passo que,

a comunidade ao assumir a tarefa de ser a gestora do processo de comunicação de sua localidade, por meio da radiodifusão comunitária, sensibilizando a comunidade e as autoridades envolvidas que podem ser locais e ou regionais, face aos problemas e às estratégias para a implementação de ações promotoras do desenvolvimento local, podem ser mais bem dirigidas e trabalhadas, maximizando a possibilidade de sucesso. (RUAS, 2004, p. 91).

O caso da Rádio São Francisco FM

A análise da Rádio São Francisco FM (105,9) ocorre por meio do estudo de caso de sua programação diária. Segundo Robert Yin, *esta técnica de pesquisa é empregada “quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”* (YIN *apud* DUARTE, 2005, p. 216). No presente trabalho, a escolha por este método de investigação

sustenta-se no questionamento de como a programação da rádio São Francisco FM (105,9) a caracteriza como veículo comunitário. Para tanto, foram observados os aspectos de vinculação orgânica com a realidade local dos programas da emissora como espaço para o fortalecimento do sentimento de pertença à comunidade, sua participação na elaboração da programação e o caráter de mobilização social e consequente formação cidadã.

A rádio comunitária São Francisco FM (105,9) está localizada no bairro Jardim Alvorada, em Maringá-PR. O bairro, fundado em 1962, é o maior do município e se divide em três partes, sendo elas: Alvorada I, II e III. Residem nele cerca de 22 mil pessoas segundo o Censo 2010. O Jardim Alvorada possui biblioteca, duas academias da terceira idade (ATI), corpo de bombeiros, três creches, complexo esportivo, estádio de futebol, delegacia, duas escolas municipais, duas escolas estaduais, nove escolas e pré-escolas particulares, duas entidades assistenciais, dois postos de saúde, salão comunitário e trinta igrejas. Além disso, o bairro possui associação de moradores desde 1983, segundo dados captados pelo Censo 2008.

A Associação de Comunicação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Jardim Alvorada (Ascodecal) levou sete anos para conseguir a regularização da rádio comunitária São Francisco FM (105,9), que passou a funcionar em outubro de 2002. Sua sede encontra-se nas dependências da paróquia do bairro, que também se chama São Francisco de Assis. A Ascodecal mantém a rádio por meio de inserções comerciais veiculadas na programação diária e que custam 1 real, além da promoção de eventos

em parcerias com o Centro Comunitário do Jardim Alvorada e com a Igreja. A rádio possui uma ampla abrangência, podendo ser ouvida em mais da metade dos bairros de Maringá, além de municípios vizinhos, como Astorga e Sarandi.

Como sondagem inicial da pesquisa, foram realizadas entrevistas com alguns moradores da região atendida pela rádio, a fim de levantar dados que pudessem conduzir o fazer científico⁴. Foram entrevistados 15 moradores do bairro, dentre os quais 10 alegaram não serem ouvintes da rádio. Para os outros entrevistados foram propostas as seguintes questões: Você ouve a rádio comunitária todos os dias? Você gosta de ouvir a rádio? Por quê? O que você ouve na programação da rádio? A rádio aborda questões relacionadas à comunidade? Quais? O que você acha da programação da rádio? Você teria alguma sugestão para a programação da rádio?

Com base nas respostas dadas, constatou-se que os programas favoritos dos entrevistados são a missa e as músicas, sendo que todos alegam gostar da programação e afirmam que nada alterariam em sua composição. O motivo pelo qual se identificam com a rádio é o conteúdo religioso por ela transmitido. Quando questionados sobre a abordagem de temas que envolvem a realidade do bairro, os entrevistados apontaram que a rádio divulga eventos – como festas, bazares e bingos –, campanhas de

⁴ Trata-se de um instrumento exploratório no qual a amostragem entrevistada não é significativa diante da população total que escuta a rádio, mas cujas opiniões individuais levaram ao questionamento que norteia a pesquisa. Uma vez que o foco da pesquisa centra-se no estudo de caso da programação, um estudo sobre a recepção da rádio poderá ser desenvolvido em trabalhos futuros.

vacinação, promoções do comércio local e notas de falecimentos, mantendo-os atualizados sobre o que está acontecendo no Jardim Alvorada.

A rádio São Francisco FM (105,9) permanece no ar diariamente das 6 às 23 horas e veicula 39 programas diferentes, com exceção da Voz do Brasil, dentre os quais 19 são estritamente religiosos (católicos), oito são exclusivamente musicais e sete são informativos. Há também programas híbridos: dois têm caráter musical e religioso e outros dois tratam de temas religiosos, informação e músicas. Nota-se a preponderância da temática religiosa na programação, fato também apontado pela pesquisa de Fábio Augusto Mansano:

A comunidade envolvida na produção da rádio comunitária é tão ligada com a doutrina católica que muitos programas se baseiam em um mesmo padrão de linguagem e conteúdo e parecem [...] produzidos por uma mesma pessoa e para um mesmo grupo. (MANSANO, 2004, p. 143).

Ao trazer uma programação caracterizada por temas religiosos, como a transmissão diária da Santa Missa, da Ave Maria e da Palavra do Pastor, a rádio São Francisco FM cria uma identificação com ouvintes que compartilham das crenças da Igreja Católica, porém exclui, potencialmente, o restante da comunidade que não se enquadra neste perfil e com o qual, sendo veículo comunitário, deveria relacionar-se. Tal problemática reflete na questão da importância do veículo comunitário na criação e manutenção da identidade e no sentimento de pertença à comunidade à qual se destina e, conseqüentemente, em sua atuação na

formação cidadã dos sujeitos participantes e sua vinculação orgânica com a realidade local. Segundo Kathryn Woodward, o conceito de identificação provém da psicanálise e “descreve o processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades” (WOODWARD, 2000, p. 18).

Nas entrevistas exploratórias, os programas religiosos foram apontados como o motivo pelo qual alguns entrevistados ouvem a rádio. No entanto, um dos questionados respondeu que para os residentes do bairro, principalmente os jovens, a rádio é vista como “a rádio da Igreja Católica”. Um exemplo desses programas é o Clube do Ouvinte, misto de informação, religião e música, que recebe ligações de ouvintes pedindo orações e também realiza um trabalho de catequese ao abordar temas da doutrina católica. A abordagem religiosa está igualmente presente nos objetivos da rádio São Francisco FM, definidos no *site* da emissora: divulgação de valores da família, éticos e cristãos; prestação de serviço de utilidade pública; maior interação com a comunidade e divulgação da cultura e eventos locais⁵.

Na rádio São Francisco FM, a valorização da cultura e das manifestações locais – um dos princípios balizadores dos veículos comunitários – fica a cargo, sobretudo, dos programas musicais. Neles são veiculados e apresentados talentos regionais graças ao envio de material de divulgação pelos artistas e

⁵ Os objetivos da rádio são definidos na sessão “Quem somos” do *site*, que está localizado no portal da Paróquia São Francisco de Assis. Disponível em: <http://psaofranciscodeassis.com.br/radio_quem_somos.htm>. Acesso em: 12 nov 2011.

admiradores. Os eventos do bairro também são divulgados nos programas informativos, dos quais participam a comunidade.

Os temas que tratam de assuntos pertinentes à comunidade do Jardim Alvorada são abordados em dois programas veiculados de segunda à sexta-feira, o Estação Comunitária e o Clube do Ouvinte, o primeiro com duração de três horas e o segundo, de uma hora e meia; outros dois são transmitidos aos sábados – Resumo Semanal de Notícias e Construindo Cidadania, com duas horas e uma hora e meia de duração respectivamente; e, por fim, a Voz da Comunidade, com uma hora e meia no total e que vai ao ar aos domingos. As informações referentes à comunidade restringem-se a boletins sobre acontecimentos locais, nos quais são veiculadas notícias sobre as entidades e instituições públicas presentes na localidade, tais como escolas, postos de saúde e associação de bairro, além de classificados. Essas notícias dividem espaço com outras de âmbito municipal, muitas vezes extraídas dos jornais maringauenses, e nacional, advindas da internet; também são tocadas músicas, muitas vezes pedidas pelos ouvintes. As matérias voltadas para a comunidade caracterizam-se como prestação de serviço de utilidade pública.

Segundo Raquel Paiva, contudo, este perfil acaba por descaracterizar o veículo comunitário de sua função principal de mobilizador social e educador para a cidadania (PAIVA, 2003). Para Mansano (2004), o motivo pelo qual as questões políticas e sociais relativas ao bairro não são abordadas pela rádio, segundo a direção, consiste na preocupação de que a emissora não se torne um palanque para os pretensos políticos da região.

Um exemplo da desvirtuação do caráter comunitário deste veículo foi o programa Construindo Cidadania, veiculado no dia 18 de abril de 2009. Nele o apresentador e advogado Jovi Barbosa falou do preço dos ingressos da Expoingá⁶ 2009, da redução do IPI para os materiais de construção e comentou a alta carga tributária do País. “Se o imposto fosse bem gasto, tudo bem. Mas não é!”, afirmou o apresentador. Em seguida, ele abordou o caso do ex-governador do Maranhão, Jackson Lago, a sanção da lei que institui o sequestro relâmpago como crime e a morte de onze macacos na região com suspeita de febre amarela.

O programa possui um quadro denominado Cidadania total, no qual Jovi Barbosa falou sobre do imposto de renda e informou a nova data e horário para o fim da arrecadação. O apresentador mencionou ainda a sinopse dos filmes em cartaz na cidade, a comemoração dos cinquenta anos de carreira do cantor Roberto Carlos e, por fim, chamou a apresentadora do programa “Saúde e Vida”, Florentina Franco, e ambos passaram a dar os informes da associação de moradores e da programação de festas e bingos do bairro. A não ser pela preocupação com um possível surto de febre amarela e pelos informes do bairro, o programa não apresentou nenhuma notícia que se relacionasse diretamente com a comunidade ou ainda que propiciasse debates e mobilizações que engendrassem a formação cidadã da população ouvinte, ainda que o nome do programa sugira o contrário.

Entende-se que a escassa vinculação da rádio com a realidade na qual está inserida e sua descaracterização como um canal para mobilização social e

⁶ Exposição agropecuária anual realizada em Maringá-PR.

educação para a cidadania são reflexos da dinâmica de estruturação da programação da emissora. A rádio São Francisco FM possui uma diretoria executiva, responsável pelos assuntos administrativos, e uma direção de programação, responsável pela definição dos programas transmitidos. Ambas são compostas por um clérigo da paróquia São Francisco de Assis e um membro da comunidade, também ligado à igreja. Segundo Rafael Furtado, apresentador e membro da equipe interna da rádio, os interessados em realizar programas na emissora devem preencher uma solicitação contendo o objetivo e conteúdo do programa, além do horário de interesse para a transmissão. A proposta então é avaliada pela direção de programação que, segundo os critérios estabelecidos, como o horário e o direcionamento da proposta de acordo com os objetivos da rádio, defere ou não o pedido.

Embora haja abertura para que a população do bairro proponha programas na rádio, observa-se que em todo este processo não existe o envolvimento da comunidade ou sua representação na tomada de decisões sobre a programação da emissora, apesar de o veículo se apresentar como comunitário. A participação da comunidade na rádio restringe-se aos três primeiros níveis apontados por Peruzzo: na mensagem, na produção das mensagens e na produção dos programas. Aos apresentadores, todos voluntários, não são oferecidos cursos de formação para que possam compreender o papel que seus programas devem exercer no desenvolvimento da comunidade e sobre as características dos veículos comunitários. Há, no máximo, duas reuniões anuais entre a equipe de voluntários e a direção da rádio para discutir o andamento da programação.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo discutir a práxis da comunicação comunitária com base no estudo de caso da programação da rádio São Francisco FM (105,9) de Maringá – PR, a fim de esclarecer se este veículo pode ser caracterizado como comunitário. Para tal, foram utilizados como critérios de análise os aspectos de vinculação orgânica com a realidade local dos programas da emissora como espaço para o fortalecimento do sentimento de pertença à comunidade, sua participação na elaboração da programação e o caráter de mobilização social e de consequente formação cidadã dos programas. Com base nos critérios citados, a análise demonstrou que a rádio São Francisco FM não se caracteriza como meio de comunicação comunitária, ainda que os pressupostos desta práxis sejam exercidos em alguns aspectos, como a valorização da cultura e das manifestações locais e alguns níveis de participação da população na rádio.

O estudo de caso acerca da programação identificou que a emissora tem um perfil predominantemente católico, mantendo estreita ligação com a paróquia da comunidade na qual está inserida, o Jardim Alvorada. Esta afirmação pode ser evidenciada tanto pela quantidade de programas com temática religiosa (mais da metade da programação semanal), quanto por seus objetivos de divulgação dos valores da família, éticos e cristãos, que, consequentemente, servem de critérios para o deferimento de programas que podem ser veiculados pela rádio comunitária. O alinhamento da rádio com o catolicismo interfere em sua atuação como canal para a criação e fortalecimento do sentimento de pertença à comunidade e a consequente

formação cidadã da população, uma vez que potencialmente exclui os demais membros da comunidade que não se identificam com esta religião. O veículo comunitário deve estar a serviço da comunidade, estabelecendo uma relação orgânica com a realidade na qual se insere, e não ser um meio de comunicação em prol de uma determinada doutrina religiosa.

Cabe ressaltar que, neste trabalho, a comunicação comunitária é entendida como um processo que tende ao aperfeiçoamento visando, sobretudo, à construção da cidadania dos sujeitos envolvidos. Apesar de estar no ar há quase dez anos, a Rádio São Francisco FM não evoluiu neste sentido, como apontou o estudo de caso da programação da emissora. Os programas que se destinam aos assuntos da comunidade apenas abordam informes de interesse público, sem promover o debate necessário para a mobilização social e a educação para a cidadania, ambos aspectos intrínsecos aos meios de comunicação comunitários, conforme apontam Raquel Paiva (2003) e Cicília Peruzzo (1998). O mesmo ocorre com a participação da comunidade na rádio. Ainda que a população possa propor programas e participar na elaboração das mensagens veiculadas pela rádio, sua participação não se concretiza nas tomadas de decisão sobre o meio de comunicação, que ficam a critério da direção de programação. Não existe também a formação dos sujeitos que participam da rádio no sentido de fazê-los conhecer e refletir sobre o papel que seus programas e a rádio têm no desenvolvimento da comunidade.

Para além de um caráter denunciativo, o presente trabalho tem como objetivo maior refletir sobre a práxis da comunicação comunitária e lutar pela garantia de

seus pressupostos para o desenvolvimento cidadão dos envolvidos, a fim de que se evitem apropriações deturpadas. O caso da Rádio São Francisco FM reflete uma realidade que não é incomum, mas que pode ser revertida por meio da conscientização de sua direção e dos sujeitos participantes de sua programação.

Referências

BORDENAVE, J. D. **O que é participação**. São Paulo: Cortez, 1983.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973. v. 1. p. 96-116.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MACIVER, R. M.; PAGE, C. Comunidade e sociedade como níveis de organização social. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973. v. 1. p. 117-131.

MANSANO, F. A. **Para uma leitura crítica das rádios comunitárias**. 2004. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina.

MARCONDES FILHO, C. **Quem manipula quem?** Poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1992. 5ª Ed.

MIANI, R. A. Comunicação comunitária. I ENCONTRO DA ULE-PICC-BRASIL, 1., 2006. **Anais...** Rio de Janeiro, 2006.

NUNES, M. V. Rádios comunitárias: exercício da cidadania nos movimentos sociais. In: PAIVA, R. (Org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 95-118.

PAIVA, R. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, R. (Org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 133-148.

_____. **O espírito comum:** comunidade, mídia e globalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PERUZZO, C. M. K. Comunidades em tempo de redes. In: COGO, D.; KAPLÚN, G.; PERUZZO, C. M. K. (Orgs.). **Comunicação e movimentos populares:** quais redes? São Leopoldo: Unisinos, 2002. p. 275-298.

_____. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Pensamento Comunicacional Latino-Americano**, São Bernardo do Campo, Umesp/Cátedra Unesco, n. 1, out.-dez. 2002.

_____. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Pistas para o estudo e a prática da comunicação comunitária participativa. In: _____. (Org.). **Comunicação e cultura populares**. São Paulo: Intercom, 1995. p. 143-163.

_____. Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento. In: PAIVA, R. (Org.). **O retorno da comunidade:** os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 69-92.

RUAS, C. M. S. **Rádio comunitária:** uma estratégia para o desenvolvimento local. Campo Grande: UCDB, 2004.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Oriola, 1993.

SILVEIRA, P. F. **Rádios comunitárias**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In:

UTRERAS, J. M. **Comunicación popular alternativa y participación**. Quito: Ciespal, 1988. (Manuales didácticos).

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.